

CONSULTA NACIONAL SOBRE REFORMAS E AUDITORIA DA DÍVIDA. PARTICIPE!

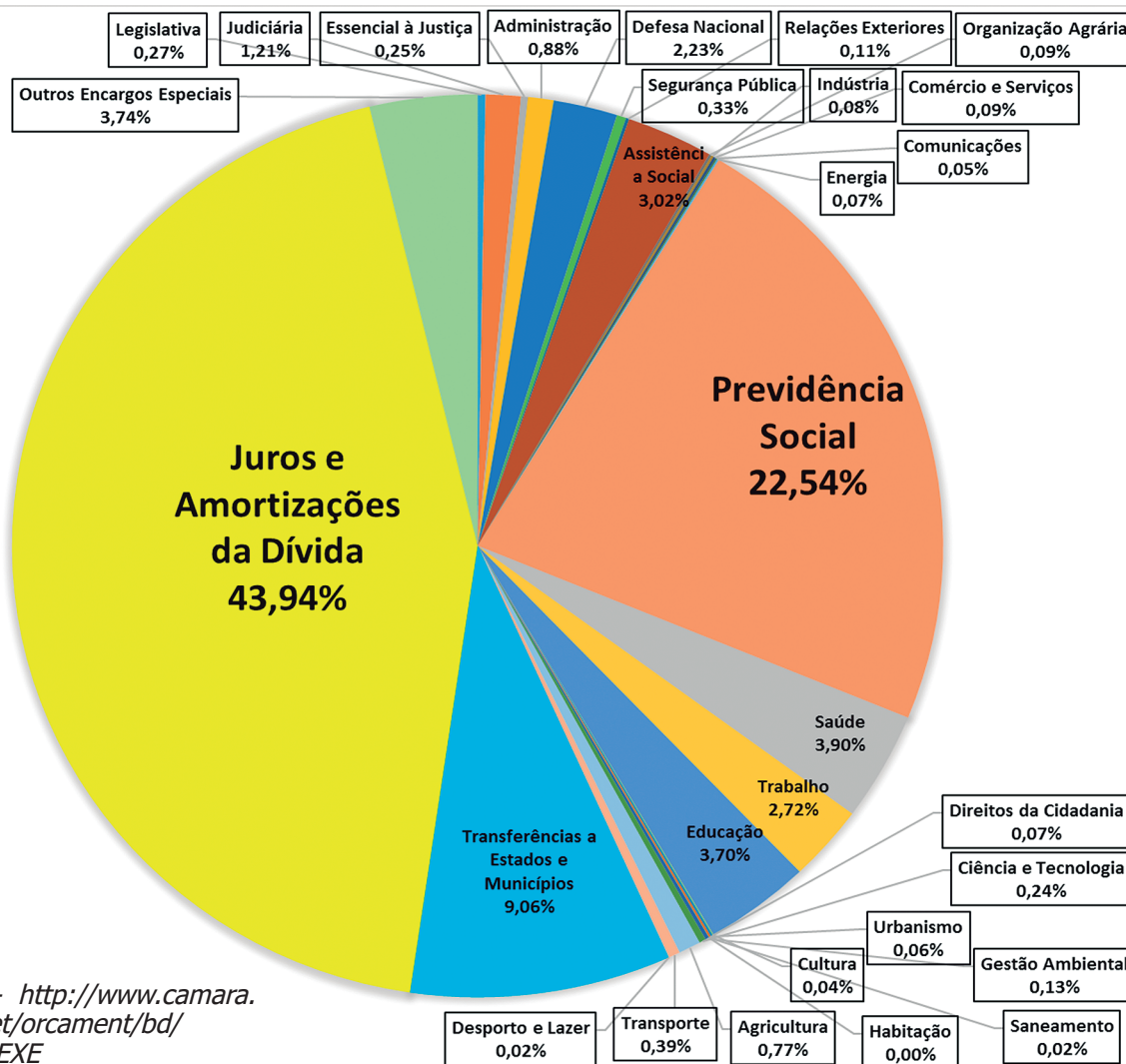
Para que retirar direitos se somos tão ricos?

O Brasil é um dos países mais ricos do Planeta. Nossa **realidade é de extrema abundância** em todos os sentidos. Possuímos a maior reserva de Nióbio, a terceira maior reserva de Petróleo, a maior área de terras agricultáveis e terras raras, água potável, clima favorável, todas as fontes energéticas em abundância e imensa riqueza humana e cultural. Possuímos também riquezas financeiras, potencial industrial e comercial, e somos credores de imensa Dívida Ecológica causada por séculos de exploração predatória de nossos recursos naturais.

Por outro lado, enfrentamos impressionante **cenário de escassez**, com inaceitáveis índices de miséria, desemprego e fome; insuficiência de serviços de saúde, educação, segurança; submetidos a contínuos retrocessos por meio de contrarreformas da Previdência, Trabalhista e Privatizações. Faltam recursos para investimentos em ciência e tecnologia e outras alavancas necessárias ao nosso desenvolvimento socioeconômico.

Isso decorre do modelo econômico voltado para a concentração de renda e riqueza, que se expressa também nos gastos governamentais:

Orçamento Geral da União 2016 Executado (pago) Total = R\$ 2,572 TRILHÕES



Fonte: SIAFI - <http://www.camara.gov.br/internet/orcament/bd/exe2016mdb.EXE>

A chamada **dívida pública já abocanha quase a metade do orçamento** todo ano, mas o mercado financeiro quer muito mais! Por isso:

- atacam a **Previdência**, onde ainda existe um volume considerável de recursos que atende a mais de 60 milhões de pessoas no Brasil;

- atacam os **direitos trabalhistas**, para aumentar os lucros e sacrificar a classe trabalhadora;

- **privatizam** serviços essenciais e riquezas naturais depois de já terem levado empresas estratégicas, como a Vale, e infraestrutura estatal como portos, aeroportos, estradas.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A PEC 287/2016 ameaça o seu direito à aposentadoria e contém uma série de abusos aos direitos da classe trabalhadora, tais como:

1. Exige idade mínima para aposentadoria a partir dos 65 (sessenta e cinco) anos para homens e mulheres;
2. Exige 49 anos de contribuição para aposentadoria integral;
3. Reduz o valor geral das aposentadorias;
4. Precariza e dificulta a aposentadoria do trabalhador rural;
5. Permite a redução da pensão por morte e bene-

fícios assistenciais a valor inferior a um salário mínimo;

6. Exclui regras de transição vigentes;
7. Impede a acumulação de aposentadoria e pensão por morte;
8. Eleva para 70 anos a idade para o recebimento do benefício assistencial (LOAS);
9. Impõe regras inalcançáveis para a aposentadoria dos trabalhadores expostos a agentes insalubres;
10. Extingue a aposentadoria especial para professores.

Quem ganha com essa PEC 287?

A PEC 287 visa beneficiar o mercado financeiro, cujo volume de negócios será ampliado com a oferta de planos de previdência privada e fundos de pensão de natureza aberta.

O adiamento do acesso à aposentadoria para depois dos 65 anos e a precarização dos demais direitos previdenciários também irão liberar mais recursos orçamentários para engordar a fatia dos juros da dívida.

Qual é a justificativa para essa PEC 287?

O governo alega existência de um “**déficit**” e tem feito massiva propaganda – com o nosso dinheiro – para convencer a opinião pública de que essa retirada de direitos é necessária. Mentira! O déficit é uma máscara. Leia mais (<https://goo.gl/u5izmI>).

A Previdência faz parte da Seguridade Social, junto com a Saúde e Assistência Social, conforme artigo 194 da Constituição Federal. No artigo seguinte, 195, estão indicadas todas as fontes de recursos que financiam a Seguridade Social, incidentes sobre o trabalho (INSS), lucro (CSLL), consumo (COFINS), entre outras como PIS, PASEP, sobre loterias, importações, entre outras contribuições.

Quando computamos corretamente todas essas fontes de receita e comparamos com as despesas da Seguridade Social, obtemos **elevado superávit de dezenas de bilhões todos os anos**.

Superávit da Seguridade Social	
Ano	Sobra de recursos (bilhões de reais)
2005	72,7
2010	53,9
2011	76,1
2012	82,8
2013	76,4
2014	55,7
2015	11,7

Fonte: ANFIP

Além disso, o orçamento da Seguridade Social é fortemente prejudicado por desonerações fiscais injustificadas (que atingiram R\$267 bilhões em 2016) e falta de combate à sonegação, de tal forma que

a lista de devedores da Previdência supera R\$400 bilhões.

A sobra é tão elevada que 30% dos recursos da Seguridade Social são desviados (DRU), principalmente, para pagamentos de juros da chamada dívida pública. Se existisse um déficit, que recursos haveriam para desvincular?

Desvinculação de Receitas da União (DRU)

Mecanismo criado desde 1994, inicialmente sob o nome de Fundo Social de Emergência, vem retirando da Seguridade Social as receitas oriundas das contribuições sociais, que possuem destinação específica constitucional. Atualmente, esse desvio de recursos é de 30%!

O governo fabrica o déficit fazendo uma conta distorcida, que considera apenas a arrecadação do INSS e compara com todo o gasto da Previdência.

A arrecadação do INSS poderia dobrar se fosse aplicada política de combate ao desemprego e informalidade que atingem grande parte da população brasileira. Dados da pesquisa oficial do IBGE (PEA 2016) indicam que temos 166 milhões de pessoas em idade de trabalhar, das quais somente 90 milhões estão empregadas. 12 milhões estão desempregadas (procurando emprego) e 64 milhões estão fora do mercado de trabalho no Brasil, ou seja, já pararam de procurar emprego. **A reforma que precisamos é a que garanta emprego à população!**

PRIVATIZAÇÕES

Os recursos advindos das privatizações do patrimônio público brasileiro, desde Collor, são destinados principalmente ao pagamento da chamada dívida pública, ou seja, perdemos o patrimônio e o recurso volta para o mercado financeiro.

A privatização de serviços essenciais como saúde e educação condena os pobres e a classe média a não terem acesso a tais serviços, pois não possuem recursos para o pagamento dos preços cobrados pelo setor privado.

A privatização de serviços de transporte e energia tornam as tarifas cobradas no Brasil entre as mais caras do mundo, por um serviço de qualidade questionável.

A privatização da exploração de nossas riquezas naturais como água, petróleo, nióbio, terras e florestas têm deixado somente danos ambientais, enquanto lucros abusivos são distribuídos e transferidos ao exterior com isenção de tributos, ao invés de serem utilizados para melhoria dos serviços.

REFORMA TRABALHISTA

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é o conjunto de leis que, desde 1943, regulamenta e assegura alguns direitos trabalhistas, tais como horas extras por dia, jornada de oito ou seis horas diárias, salário mínimo, horas extras, férias, abonos, trabalho noturno, décimo terceiro, estabilidade de empregada grávida, FGTS, multa em caso de demissão sem justa causa, entre outros. Esses direitos têm sido assegurados pela Justiça do Trabalho, órgão responsável pela resolução dos conflitos nos níveis individuais e coletivos.

A Reforma Trabalhista enviada pelo governo ao Congresso Nacional - Projeto de Lei 6787/2016 - visa flexibilizar e extinguir estes direitos, assim como priorizar o

"negociado" sobre o "legislado". Além de retirar o papel do órgão da Justiça do Trabalho na solução de conflitos, tal proposta provocará fragilização ou mesmo a extinção de direitos, devido à desigualdade de condições de trabalhadores para negociar diante de seus empregadores. Um enorme retrocesso!

Falsa propaganda vem sendo feita no sentido de que essa reforma iria elevar o número de postos de trabalho e ampliar o número de trabalhadores e trabalhadoras com carteira assinada.

Na prática, o PL 6787/2016 irá prejudicar severamente a classe trabalhadora, que será remetida a condições anteriores à CLT e análogas ao trabalho escravo.

AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA

O endividamento público tem funcionado às avessas, ou seja, em vez de servir para aportar recursos ao Estado, tem provocado uma contínua e crescente subtração de recursos públicos, direcionados principalmente ao setor financeiro privado. É o que denominamos "Sistema da Dívida".

Além de sangrar os orçamentos (federal, estaduais e municipais) e exigir a contínua privatização de patrimônio público para o seu pagamento, a dívida pública tem sido a justificativa para contínuas reformas que cortam direitos sociais (como a da Previdência) e modificações legais que garantem ainda mais privilégios para o setor financeiro, como as recentes Emendas Constitucionais 95 (que engessa o Estado por vinte anos para que sobre mais recursos para pagar juros) e 93 (que aumenta a DRU para 30%), entre outras.

Ao final, a conta ilegítima da dívida pública representa danos patrimoniais, sociais e morais à sociedade e ao país.

A dívida pública nunca foi auditada, como determina a Constituição Federal, e, conforme denunciado inclusive por comissões do Congresso Nacional, é repleta de indícios de ilegalidade, ilegitimidade e fraudes, tais como a aplicação de juros e condições abusivas, suspeita de renúncia à prescrição e diversas transformações de passivos privados em dívidas públicas.

Adicionalmente, a política monetária exercida pelo Banco Central gera dívida sem contrapartida alguma ao país ou à sociedade, por meio da definição de juros altíssimos e prática de escandalosas operações, como:

■ Contratos de swap cambial, mediante os quais o Banco Central assume perante o mercado financeiro os prejuízos da variação do dólar, os quais chegam a centenas de bilhões de reais e são cobertos por nova dívida pública;

■ Operações Compromissadas que já superam R\$ 1 trilhão e, na prática, correspondem à remuneração da sobra de caixa dos bancos com os juros mais altos do mundo.

O mais infame é que novos mecanismos financeiros que geram dívida pública surgem a todo momento. Atualmente, em meio à onda de privatizações, estão sendo criadas novas empresas estatais para emitir papéis financeiros, a exemplo da PBH Ativos S/A e da CPSEC S/A. Por trás da máscara de "controle de gastos" propagandeada durante a tramitação da PEC 55 no Senado (PEC 241 na Câmara) está o privilégio dos gastos com a dívida e a garantia de recursos para aumento de capital dessas "empresas estatais não dependentes" que operam escandaloso esquema semelhante ao que quebrou a Grécia.

A crise atual decorre dos gastos abusivos com juros e outros erros da política monetária exercida pelo Banco Central. O único setor que ganha com essa crise é o setor financeiro, pois os bancos continuam aumentando seus lucros a cada ano!

Enquanto isso, a conta é transferida para a classe trabalhadora e para os mais necessitados, e sacrifícios ainda mais profundos são exigidos da população, a fim de continuar garantindo os privilégios financeiros.

Por isso consultamos a sua opinião. Participe!

Você está sendo convidado(a) a responder às perguntas seguintes e participar da CONSULTA NACIONAL SOBRE REFORMAS E AUDITORIA DA DÍVIDA:

1. Você concorda que é necessário barrar a Reforma da Previdência (PEC 287) que destrói seu direito à aposentadoria e pensão, para privilegiar ainda mais o mercado financeiro?

SIM NÃO

2. Você concorda que é necessário barrar a reforma trabalhista, que aumenta a jornada de trabalho e retira direitos como férias, décimo terceiro, carteira assinada, entre outros?

SIM NÃO

3. Você concorda que é necessário impedir a privatização da educação, saúde, transporte, energia e riquezas naturais como água, petróleo, nióbio, terras, entre outros?

SIM NÃO

4. Você concorda que é necessário realizar uma auditoria cidadã da dívida pública, a fim de acabar com o privilégio dos bancos e garantir mais recursos para educação, saúde, previdência, moradia, reforma agrária, segurança, entre outros?

SIM NÃO

Como votar

Você pode votar de duas formas:

■ Acesse a **página da CONSULTA NACIONAL SOBRE REFORMAS E AUDITORIA DA DÍVIDA** no link:

www.consultanacional2017.com.br

ou

■ Preencha cédula de votação que está sendo disponibilizada por diversas entidades e movimentos sociais que apoiam essa consulta em todo o Brasil.

■ Faça contato com seu sindicato, associação, movimento ou organização e peça para viabilizar a participação de sua comunidade.

■ Ajude a aumentar a mobilização e leve essa campanha para locais de grande movimentação como rodoviárias, paradas de metrô, praças, parques etc.

Como participar

Para obter modelo de materiais de formação, lista de votação, cédulas e acompanhar as notícias dessa campanha, entre em contato por meio da página da **CONSULTA NACIONAL SOBRE REFORMAS E AUDITORIA DA DÍVIDA** no link:

www.consultanacional2017.com.br

Esta CONSULTA NACIONAL está sendo apoiada por inúmeras entidades e movimentos sociais. Venha fazer parte. Faça contato com a coordenação por meio da página

www.consultanacional2017.com.br